



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UACS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**MULHERES NO PODER: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DE
BONITO DE SANTA FÉ - PB**

FABIANA GOMES DE SOUSA

CAJAZEIRAS – PB

2017

FABIANA GOMES DE SOUSA

**MULHERES NO PODER: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DE
BONITO DE SANTA FÉ - PB**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Graduação em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota.

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Maria Lucinete Fortunato

CAJAZEIRAS-PB

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764

Cajazeiras - Paraíba

S725m Sousa, Fabiana Gomes de.

Mulheres no poder a participação feminina na política de Bonito de Santa Fé - PB / Fabiana Gomes de Sousa. - Cajazeiras, 2017.

52p.: il.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lucinete Fortunato.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2017.

1. Mulher - participação política. 2. Política - Bonito de Santa Fé. 3. Poder feminino - política. I. Fortunato, Maria Lucinete. II. Universidade

Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

FABIANA GOMES DE SOUSA

**MULHERES NO PODER: A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA DE
BONITO DE SANTA FÉ - PB**

Aprovado em: 26/04/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Maria Lucinete Fortunato.
(Orientadora)



Prof.^a Dra. Ana Rita Uhle
(Examinadora)



Prof.^a Dr.^a Mariana Moreira Neto
(Examinadora)

Prof. Ms. Francinaldo de Sousa Bandeira
(Suplente)

CAJAZEIRAS – PB

2017

Dedico o presente trabalho em primeiro lugar a **DEUS**, em segundo, para minha **Família**, pelo apoio e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter iluminado meus caminhos e permitido que eu chegasse até aqui.

A minha orientadora Maria Lucinete Fortunato pela paciência nas orientações, pelo incentivo e compreensão que sempre teve comigo na realização desse trabalho.

A minha mãe Maria Auxiliadora pelo carinho, preocupação e incentivo, que mesmo sem saber ler e escrever me ensinou as maiores lições da vida.

A minha irmã Marli por cuidar da minha filha enquanto eu estudava, por todo incentivo, carinho e por sempre me ajudar, meu muito obrigado!

Ao meu esposo Rony por todo carinho e paciência à minha filha Lunna.

A minha amiga Mairla que sempre esteve ao meu lado, apoiando-me em momentos tão difíceis dessa longa caminhada, motivando-me a nunca desistir.

A meu amigo Valdir, por todo apoio e por está sempre disposto a ajudar.

Aos colegas da minha turma.

Aos funcionários do Arquivo Municipal, da câmara e do cartório eleitoral que sempre estiveram dispostos a ajudar-me.

Enfim, a todos os professores do curso de História, que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento dessa monografia.

A todos a minha profunda gratidão.

"Mulher
Semente...
SER-mente...
SER que faz gente,
SER que faz a gente.
Mulher
SER guerreiro, guerrilheiro, lutador...
multimídia, multitarefa, multifaceta,
multiacaso...
multi-coração...
Mulher
SER que dá conta,
que vai além da conta,
que multiplica,
divide, soma e subtrai, sem perder a
conta, sem se dar conta,
de que esse século foi seu parto,
na direção de seu espaço,
de seu lugar de direito e de fato,
de seu mundo que lhe foi usurpado e que
agora é por ela ocupado".

Autor Desconhecido.

RESUMO

O pressuposto deste estudo é refletir sobre a participação feminina na vida política da cidade de Bonito de Santa Fé-PB. A escolha desta temática deve-se ao fato de sua visibilidade e importância no cenário contemporâneo, no qual as mulheres se configuram como elemento de protagonismo. É uma pesquisa qualitativa, que tem como fontes documentos da Câmara Municipal Antonio Dias de Lima e do Cartório eleitoral, como também, do arquivo da cidade de Bonito de Santa Fé (atas, requerimentos, registros de candidaturas e fontes orais). Para fundamentar a pesquisa usamos as concepções de, Michele Perrot (1988, 2008), Rachel Soihet (1997), (1998), (2007) Lucia Avelar (2001), entre outros, sobre a história das mulheres na política. Esta pesquisa possui relevância social no que se refere à escassez historiográfica no município acerca deste assunto, portanto, este texto irá contribuir de forma significativa para vislumbrar o panorama do poder feminino na política desta cidade. É, ainda, notório afirmar que esse campo de pesquisa precisa ganhar espaço na academia.

Palavras-chave: Poder; Mulher; Participação Política.

ABSTRACT

The assumption of this study is to reflect on the female participation in the political life of the city of Bonito de Santa Fe-PB. The choice of this theme is due to the fact of its visibility and importance in the contemporary scenario, in which Women are an important element. It is a qualitative research, which has as sources documents of the Antonio Dias de Lima City Hall and the Electoral Registry, as well as the archive of the city of Bonito de Santa Fe (minutes, applications, application records and oral sources). In order to base the research we use the conceptions of, Michele Perrot (1988),(2008), Rachel Soihet (1997), (1998), (2007) Lucia Avelar (2001), among others, on the history of women in politics. This research has social relevance regarding the historiographical shortage in the municipality about this subject, therefore, this text will contribute significantly to glimpse the panorama of the feminine power in the politics of this city. It is also, It is notorious to say that this field of research needs to gain space in academia.

Keywords: Power; Woman; Political Participation.

LISTAS DE IMAGENS

Figura 01- Fotografia de Antonio Martins de Moraes.....	29
Figura 02- Hino de Bonito de Santa Fé.....	30
Figura 03- Dr. Manoel Batista Leite.....	33
Figura 04- Prefeita Áurea Dias de Almeida.....	35
Figura 05- Prefeita Alderi de Oliveira Caju.....	36
Figura 06- Vereadora Adaci Lourenço de Oliveira Dias.....	41
Figura 07- Cerimônia de posse da vereadora Zélia Maria das Neves.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela-1 MULHERES CANDIDATAS A VEREADORAS NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ- PB 1972-2016.....43

Tabela -2 MULHERES ELEITAS VEREADORAS E PREFEITAS NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ- PB 1963-2016.....44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 MULHERES: INVISIBILIDADE HISTÓRICA E PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA..	16
1.1 A mulher na historiografia: política e gênero.....	16
1.2 Mulher e cidadania.....	19
1.3 A mulher na política.....	23
2 ESTRUTURAS DE PODER: ABORDAGEM HISTÓRICA E POLÍTICA DE BONITO DE SANTA FÉ PB.....	27
2.1 Notas sobre a história político-administrativa da cidade de Bonito de Santa Fé PB.....	27
3 A MULHER NA POLÍTICA DE BONITO DE SANTA FÉPB.....	37
3.1 Mulheres: poder e participação política.....	38
3.2 Reflexões sobre a participação feminina na política bonitense.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo monográfico é refletir sobre a participação feminina na vida política da cidade de Bonito de Santa Fé – PB, cidade localizada no interior do Sertão Paraibano, no sentido de analisar a trajetória de luta das mulheres na história, pela cidadania e pela a igualdade de direitos, principalmente na esfera do poder político.

Neste sentido, este estudo está voltado para a história da mulher na política em Bonito de Santa Fé-PB. Buscamos compreender a construção de uma imagem política feminina em uma cidade considerada de cunho patriarcal e que cultua valores tidos como “tradicionais”. O que nos instigou a pesquisar sobre esse tema foi à curiosidade de saber o porquê de não haver mulheres para nos representar na Câmara municipal nos dias atuais. Quando houve essa participação? Como se dava sua atuação? Existia preconceito? Suas vozes eram ouvidas? Existia alguma política para os direitos das mulheres? Além disso, nossa motivação para a realização desse estudo se deu pela escassa participação das mulheres no meio político.

A pesquisa se deu por meio de fontes documentais, da Câmara Municipal Antonio Dias de Lima e do Cartório eleitoral, como também do arquivo da cidade de Bonito de Santa Fé: atas, requerimentos, ofícios, revistas, jornais; além de fontes orais, por meio de entrevistas semiestruturadas. A nossa opção por trabalhar com fontes orais deu-se por compreendermos que as vozes das mulheres que atuaram no poder executivo e legislativo de Bonito de Santa Fé PB se instituem como falas que, potencialmente, ajudam a pensar o espaço de atuação da mulher na política, naquele contexto. Contudo, as mulheres entrevistadas não consentiram que houvesse citação direta das suas falas, ficando as reflexões acerca das mesmas, por meio da nossa interpretação. Também fizemos uso dos pensamentos de alguns teóricos da área de História, bem como de outras áreas do conhecimento.

A relevância social da pesquisa deve-se, portanto, à escassez da produção historiográfica local acerca deste assunto, e, a relevância cultural ocorre na medida em que problematizamos a história política da cidade, já esquecida por muitos, e o

protagonismo feminino nos jogos do político, o que nos possibilitará apreender a cultura política¹ local.

Os estudos sobre mulher e participação política vêm se intensificando na nossa contemporaneidade, muitas pesquisas vêm se desenvolvendo acerca do assunto, se tornando uma história do tempo presente. As mulheres foram, por muito tempo, esquecidas ou consideradas sem importância para a história e, principalmente, pela a história política. O seu espaço era apenas o privado, o de dentro de casa, somente para cuidar do lar e dos filhos, ser submissa ao marido e não tinha acesso ao espaço público, pois este espaço era destinado apenas aos homens, eles assumiam as funções produtivas e o exercício do poder de modo que as atividades sociais, políticas e econômicas eram exclusivamente masculinas. Nesse sentido, não existia uma história das mulheres.

Segundo Rachel Soihet (1998, p.77), sobretudo a partir da década de 1980, “Grandes transformações assinalavam a historiografia, os grandes temas em que os donos do poder ocupavam o cenário, cediam lugar a temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse”. A partir dessas mudanças, esse cenário começa a dar visibilidade às mulheres e começam a surgir movimentos sociais, como o movimento feminista, que defendem a igualdade de direitos entre homens e mulheres e vai resultar na participação da mulher na história, não apenas como a matriarca, mas sim, como mulheres atuantes na esfera econômica, política e social.

Diante do exposto cabe uma reflexão sobre a participação da mulher no campo do poder político, esse campo que foi historicamente destinado aos homens. É nesse contexto que se insere o interesse de investigar a mulher como protagonista do “fazer” político, tanto no legislativo como no executivo, no município supracitado.

A monografia está dividida em três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo traz uma discussão sobre a invisibilidade da mulher na história como objeto de estudo, bem como na história política, e se fundamenta nas contribuições teóricas de Michele Perrot (1988), (2008), Rachel Soihet (1997), (1998), (2007) Lucia Avelar (2001), entre outros. Serão abordadas algumas

¹ A categoria cultura política pode ser entendida como ‘um sistema de representações, complexo e heterogêneo’, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar. (Gomes, 2007, p.47). Designa, enquanto categoria histórica, a postura e o comportamento político dos sujeitos sociais. Também abrange as vivências e as percepções dos indivíduos no espaço político.

reflexões sobre a luta das mulheres, os movimentos feministas e sufragistas, levando em consideração as relações de gênero.

O segundo capítulo apresenta um breve histórico político administrativo da cidade de Bonito de Santa Fé-PB, desde a sua emancipação política, destacando aspectos relacionados à inserção de mulheres na vida pública municipal.

Finalmente, no terceiro capítulo, analisamos a participação feminina na política bonitense, enfatizando a trajetória política, as dificuldades e as lutas dessas mulheres no meio político, bem como sua atuação na câmara dos vereadores e no poder executivo de Bonito de Santa Fé-PB.

Não procuramos apresentar aqui respostas prontas e conclusivas até porque a complexidade e dinamicidade do tema não permitem tal intento, o que de fato nos propomos é realizar uma incursão histórica sobre a participação feminina na política deste município supracitado.

1. MULHERES: INVISIBILIDADE HISTÓRICA E PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA

O objetivo deste capítulo é discutir sobre a invisibilidade da mulher na história e na política como objeto de estudo. Serão abordadas algumas reflexões sobre a luta das mulheres, os movimentos feministas e sufragistas, levando em consideração as relações de gênero.

1.1. A Mulher na historiografia: Política e gênero.

Enquanto sujeito histórico a mulher parece estar invisível na historiografia política, pelo menos até meados do século XX. Quando elas não são totalmente esquecidas, são lembradas de maneira precária. E para serem lembradas são, na maioria das vezes, masculinizadas ou apresentadas à sombra das figuras masculinas.

Isso se deve ao fato de que ao longo do tempo a mulher esteve sempre privada de exercer cargos importantes no Estado e no espaço público como um todo, por conseguinte uma exclusão acabou gerando outra.

Há uma multiplicidade de fatores que contribuem para esse esquecimento e para invisibilidade da mulher na História.

“O silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder”. (PERROT, 1988, p.186).

“A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento”(PERROT, 1988, p.186) do protagonismo feminino, sobretudo na política. Historicamente a mulher está grandemente à margem das ocupações dos cargos estatais e políticos.

A herança do positivismo, uma corrente historiográfica que exaltava os “grandes” homens e nomes da história também banuiu as mulheres das cenas políticas e históricas, “[...] centrava o seu interesse na história política e no domínio público, e predominou no século XIX e inícios do XX. Privilegiava fontes,

diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam”. SOIHET E PEDRO (2007, p. 284). Ou seja, o positivismo enquanto corrente historiográfica preferiu referenciar os grandes homens, os grandes fatos ligados ao Estado. As mulheres não tinham espaço dentro da historiografia positivista. Assim, Soihet (2007) afirma que:

Em contraposição a essa modalidade de história, observa-se, ainda, a partir da década de 1920, a emergência do grupo dos Annales, representado por Marc Bloch e Lucien Febvre. Diversamente da historiografia vigente, direcionam seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, ao invés de se ater a uma racionalidade universal. À medida que a tradição historiográfica dos Annales propunha ampliar o leque de fontes e observar a presença de pessoas comuns, ela contribuiu para que as mulheres, posteriormente, fossem incorporadas à historiografia. (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 284).

Nessa perspectiva, a mudança temática e de fontes propostas pela Escola dos Annales dá um salto nas escritas históricas, entre eles, a incorporação da mulher como sujeito histórico e digno de atenção das pesquisas históricas. A abertura das fontes e dos temas voltou à atenção para assuntos antes desprezados, como as mulheres, enquanto categoria de pesquisa histórica.

A partir da década de 80 com o avanço das correntes historiográficas a exclusão da mulher na história passou a ser questionada: De acordo com Soihet e Pedro (2007, p.286):

A História das Mulheres - com suas compilações de dados sobre as mulheres no passado, com suas afirmações de que as periodizações tradicionais não funcionavam quando as mulheres eram levadas em conta, com sua evidência de que as mulheres influenciavam os acontecimentos e tomavam parte na vida pública, com sua insistência de que a vida privada tenha uma dimensão pública-implicava a negação de que o sujeito da história constituía-se numa figura universal.(SOIHET E PEDRO. 2007 p.286).

Nessa perspectiva, a formação desta corrente historiográfica representou um avanço positivo no que se refere à incorporação da mulher na História Política. A História das Mulheres refuta a ideia de sujeito humano universal, conseqüentemente nega a idéia de serem somente os homens sujeitos históricos. Apesar da relevância da corrente historiográfica em questão, “esse campo ainda exige atenção e esforço

na busca de legitimidade acadêmica”. (SOIHET; PEDRO, 2007, p.297). A História das Mulheres continua necessitando de novos debates e problematizações. Para Goellner, (2007, p.275):

A ‘História das Mulheres’ passa a se configurar como um campo de produção acadêmica e sua consolidação se dá, entre outros motivos, pela articulação que faz com outros campos temáticos, tais como os estudos sobre gênero, sexualidade e, sobretudo, com os aportes epistemológicos feministas. Essa ressalva deve ser mencionada visto ser o movimento feminista, desde a sua origem, aquele que mais reclamou às mulheres a sua condição de sujeito reivindicando a desnaturalização das essências do humano.(GOELLNER, 2007 p. 275).

Nesse sentido, o campo historiográfico delimitado como História das Mulheres é produto de uma articulação e vinculação com muitos campos temáticos, dentro da academia, a exemplo gênero e sexualidade. Mas, também está intimamente ligado ao movimento feminista, pois este condensa alguns princípios e naturalizações dessa corrente historiográfica. Entre outras benesses, o feminismo atçou os debates e problematizou a categoria Gênero, o que foi importante e indispensável para o amadurecimento das correntes historiográficas sobre as mulheres.

Segundo Soihet (1997, p.101)

Gênero tem sido, desde a década de 1970, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas com vistas a acentuar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como "sexo" ou "diferença sexual". O gênero sublinha o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado.(SOIHET, 1997 p.101).

De acordo com o referido pensamento, o termo gênero é importante para a historiografia das mulheres por demarcar uma diferenciação do que seria ser homem e mulher, ou seja, ele demarca uma distinção cultural dos papéis de ser homem e ser mulher. Quando se pensa gênero, se faz relação a uma oposição binária que nos leva a uma significação do campo da alteridade do masculino e do feminino. "(...) O gênero é um meio de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana". (SOIHET, 1997, p.104).

Assim, discutir a história das mulheres, historiograficamente.

“responde a um duplo objetivo: o de permanecer crítico com respeito às formulações próprias à história das mulheres; o de questionar, por outro lado, a necessária relação entre este campo de estudos e o conjunto da pesquisa histórica”. (SOIHET, SOARES 2000, p.07).

Trazer as mulheres para o centro dos debates e pesquisas históricas é sem dúvida uma atitude crítica e questionadora do real. Segundo Perrot.

Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes ("Não se sabe nada das mulheres", diz-se em tom de desculpa). Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível.(PERROT 2008, p.09).

Assim, percebe-se que a escrita acerca da Mulher em suas múltiplas facetas cotidianas é uma tarefa nova que surge nas pesquisas historiográficas. Essa inovação aponta uma mudança de entendimento quanto ao papel e atribuições das mulheres. Elas passam a serem tomadas como sujeitos de ações e de transformação e não mais aquele elemento destinado à reprodução e aos cuidados do lar. Essa “Nova” escrita sobre as mulheres traz a possibilidade de redimensionar significativamente as lacunas sobre a participação das mulheres no curso da História e dar fim aos silêncios historiográficos acerca do empoderamento da mulher nas relações de gênero.

1.2 Mulher e cidadania

Seria errôneo imaginar que as mulheres assistiram passivas às dominações a que foram, historicamente, submetidas. Elas sempre buscaram se impor e conquistar espaços mesmo que a duras penas. O percurso de luta pela conquista por cidadania e igualdade é longo e está longe do fim. O problema é que muitas

vezes até essas lutas são apagadas das análises históricas. Sabe-se que “seguramente, a resposta à dominação não reside unicamente num consentimento indiferente, resignado ou prazeroso. As formas de resistência feminina informam outras respostas, cujo inventário mal começou”. (SOIHET; SOARES, 2000, p. 19).

As mulheres claramente encabeçaram lutas e movimentos de resistências às dominações masculinas e ao enclausuramento sociocultural. É lamentável que apesar de um passado repleto de lutas e resistências, a mulher seja lembrada como vítima de submissão e dominação. “As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história”. (PERROT, 1988, p. 212). Sendo assim, não basta falar, escrever e historicizar sobre as mulheres, a forma como fazemos isso é determinante para a relevância da produção historiográfica.

Um exemplo preciso de lutas e resistências femininas é o movimento feminista, o qual abrange as esferas sociais, culturais, políticas e simbólicas do espaço social. O século XX como um todo foi um período de alvorecer e consolidação das demandas requeridas nas bandeiras de lutas feministas, como por exemplo, a conquista do voto. O feminismo condensa os principais elementos de luta das mulheres. No âmbito desse movimento estão implícitos elementos fundamentais das relações de gênero. De acordo com Ávila (2009, p.253).

Com relação ao feminismo, não se trata de um único movimento, mas de muitos e até divergentes movimentos feministas. Estes apresentam caráter plural e intermitente, variando em estilo, envolvimento e opinião, conforme a época, a classe social, o país de origem e até mesmo a religião das mulheres que dele participam. O feminismo contemporâneo é marcado pela reivindicação de conquista dos direitos sobre seu próprio corpo, em especial o direito à interrupção voluntária da gravidez. (ÁVILA 2009, p.253).

O movimento feminista é amplo e difuso, podendo apresentar discursos diferentes e concepções opostas. Cada articulação desse movimento pode defender princípios diferentes, mas todos defendem uma maior participação da mulher em toda a esfera social e política e um alcance de igualdade satisfatória. Têm-se os feministas humanistas, os quais, “inseridos na perspectiva dominante socioliberal, acreditam e lutam pela igualdade plena entre homens e mulheres”. (NOGUEIRA, 2006, p.59). Além desta vertente, outra que se destaca nesse cenário de luta é o

feminismo standpoint, essa vertente “acentuam a categoria “Mulher” e nela baseia toda a lógica da subjetividade política. Fala-se da feminilização da política ou da liderança e não em uma assimilação à ideologia dominante”. (NOGUEIRA, 2006, p.59). Apesar das diferenças ideológicas, todas as vertentes feministas concordam que há uma crescente necessidade de respeito à mulher enquanto sujeito de direitos e na busca por conquista e respeito de mais direitos femininos.

Por tanto a luta por cidadania e igualdade enfrentada pelas mulheres vem de longos tempos e estar longe de ser batalha ganha. Segundo Almeida.

A luta do feminino na política é antiga, e esta inserção não se deu por acaso. O marco inicial desta participação, no país, foi em 1932, ainda no governo de Getúlio Vargas, momento em que as mulheres conquistaram o direito de votar. De fato, a luta pelo sufrágio foi uma vitória e um marco para a sua entrada nas instâncias do poder político, embora o direito ao voto só tenha ocorrido realmente anos depois, em 1946, pois a conquista tinha sido reprimida pelo governo da época. (ALMEIDA, 2011, p.07).

Nessa perspectiva, sabe-se que a luta feminista e política das mulheres é uma longa caminhada, com vários empecilhos a serem superados. Ela teve cursos diferentes em cada nação. No Brasil, o ápice da conquista de direitos, através desse movimento foi o voto feminino, que remonta ao governo getulista. Assim, feminismo e política se mesclam e se associam. “Mulheres e História interpenetram-se num movimento dialético, assinalado por trocas recíprocas, que acenam com a esperança de uma utopia futura”. (SOIHET, 1998, p.83)

A conquista do voto feminino foi um importante elemento de inserção da mulher nas lutas políticas e sociais, elas arregimentaram maiores forças e foco social. Segundo Buonicore (2009, p.03).

A primeira proposta de código eleitoral feita pelo governo provisório de Vargas ainda limitava o voto feminino, determinando que só poderiam votar as mulheres solteiras e viúvas acima de 21 anos e, as casadas, apenas com autorização dos maridos. Houve uma grande campanha unificada entre a ANM e a FBPF para derrubar tais restrições. As líderes feministas se encontraram pessoalmente com Vargas e tiveram então suas reivindicações atendidas. O novo Código Eleitoral, promulgado em fevereiro de 1932, garantiu-lhes o direito de votar e serem votadas. Essa prerrogativa seria exercida, pela primeira vez, na eleição da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, quando o Brasil se tornou o quarto país das Américas a estabelecer o voto feminino. (BUONICORE, 2009, p.03).

Nessa perspectiva, a luta pelo voto foi longa e determinante. Após muitas resistências, somente no ano de 1932, no governo de Getúlio Vargas, as mulheres brasileiras conseguiram o direito de votar e de serem votadas. Essa ação significou maior participação política e garantiu uma maior atuação das mulheres nas esferas de lutas sociais.

Essa luta se dá em todos os espaços sociais de vivência humana, mas na política isso se apresenta de forma mais rigorosa. De acordo com Almeida (2011),

Diante do ritual político as mulheres têm lutado pelo espaço dominado pelo homem, e aos poucos o número de candidatas para vários cargos políticos foram aumentando no Estado. O que revela que existem mais mulheres se candidatando não só para o cargo de prefeitas, mas de vereadoras e deputadas nas últimas eleições. (ALMEIDA, 2011, p.07).

Diante dessa afirmação, percebemos que o espaço político foi por muito tempo majoritariamente ocupado por homens e a entrada das mulheres tem se mostrado difícil, mas exitosa. Os cargos de prefeitas e vereadoras são os mais procurados pelas mulheres que se iniciam no ramo da política, principalmente na realidade paraibana.

A participação feminina na política nos leva a pensar também, de maneira óbvia, o exercício de cidadania. O alcance de cargos políticos indica, entre outras coisas, que as mulheres estão exercendo sua cidadania, direito este, conquistado a duras penas e que ainda hoje se encontra contestado. Mas, será que apenas a possibilidade de elegibilidade ativa o protagonismo feminino nos jogos de poder?

A aquisição dos direitos, de forma geral, e de seus exercícios é muito difícil, se tivermos em mente que por muito tempo as mulheres viveram uma condição de submissão e mandonismo. O patriarcalismo, modelo familiar em que a figura do pai é dominante e determinante dentro da lógica familiar, é considerado pelos estudiosos desta temática um dos principais elementos de controle e enclausuramento feminino.

Historicamente e culturalmente as mulheres sofreram, não necessariamente de maneira passiva, a dominação masculina que se iniciava no próprio convívio familiar, no qual os destinos eram decididos pelos pais, irmãos e avôs.

O percurso de lutas das mulheres é também uma atividade de superar antigas estruturas, velhos estereótipos que se enraizaram por muito tempo e esses mesmos recursos afastaram as mulheres das cenas políticas das nações. Para Costa (2014, p.71):

Essa cidadania arduamente conquistada, ao bater-se com os limites da sociedade patriarcal, trouxe consigo muitas limitações e impedimentos para seu efetivo exercício. Tal cidadania, construída numa perspectiva patriarcal, a partir da imagem masculina, implica que as mulheres, para exercê-la, devem atuar segundo o modelo masculino (COSTA 2014, p.71).

Assim, as mulheres esbarram em estruturas “arcaicas” de dominação masculina que se arrastam por anos na estrutura social. Essa realidade é obstáculo para a aquisição e livre prática de direitos como a cidadania. Exercer a cidadania foi um sério problema enfrentado pelas mulheres e barrado muitas vezes pelas concepções machistas vigentes na sociedade.

1.3 A mulher na política

A razão da invisibilidade ou da secundarização da participação das mulheres nas esferas de poder público são as mais diversas possíveis. Um conjunto de elementos ajuda a desenhar a realidade e o cenário de exclusão.

Quando se analisa por quais mecanismos, por quais mediações concretas e simbólicas, a dominação masculina se exerce, constata-se que, em geral, esta dominação não se faz de maneira frontal, mas por meio de definições e de redefinições de estatutos ou de papéis que não concernem unicamente às mulheres, mas ao sistema de reprodução de toda a sociedade. (SOIHET; SOARES, 2000, p.14).

De acordo com essa assertiva existe um conjunto de referenciais que orientam o domínio dos homens em detrimento as mulheres. Estereótipos culturais como, por exemplo, fragilidade, fraqueza, incapacidade delimitaram um espaço reduzido de atuação das mulheres nos centros políticos e governamentais. Historicamente e culturalmente foram atribuídas as mulheres lugares de inferioridade e incapacidade que a impediram de ocupar e de protagonizar e exercer papéis importantes.

No espaço político, frente às disputas simbólicas por poder e votos, os discursos femininos refletem as suas subjetividades de gênero, em uma tentativa de singularizar sua atividade política e arregimentar legitimidade. Percebemos que “as mulheres na política constroem suas imagens e legitimam uma especificidade buscando diferenciar-se dos homens por meio da singularidade de gênero”. (ALMEIDA, 2011, p.03). Assim, o espaço político acaba refletindo também o campo de luta de gêneros e enfrentamentos entre homens e mulheres.

A mulher transita no campo político, fazendo-o enquanto oportunidade de luta e afirmação de sua identidade de gênero, assim a atuação feminina na política está marcada por disputa, conquista e discurso de enfrentamento e afirmação identitária. “A presença do feminino na política é vista como sinônimo de polarização entre homens e mulheres, mas com “forças” e “poderes” diferentes”. (ALMEIDA, 2011, p. 04). Elas levam seus princípios e suas lutas para o território do político.

Normalmente, quando se tem mulheres candidatas, mulheres na disputa eleitoral, elas tratam de construir discursos que põem em xeque a ideia de sexo frágil e incapaz. Tem-se a ocorrência nas vozes femininas de um “discurso feminino que se caracteriza por uma especificidade que se volta para o “ser mulher”, ao pioneirismo de “ser mulher candidata”. (ALMEIDA, 2011, p.04).

A forma que as mulheres chegam à arena política é bastante problemática, cabendo diversas reflexões. Falar de mulher na política não pode ser de forma generalizante, pois a mulher que chega a política tem que ser culturalmente e socialmente localizada. Na Paraíba, por exemplo, elas aparecem na esteira dos seus maridos ou filhos, por meio de uma espécie de transferência de prestígio e de votos. Assim, “a participação não deve ser vista sumariamente pela categoria sexo, mas pela realidade socioeconômica e cultural das mulheres, enquanto relação cultural de gênero”. (ALMEIDA, 2011, p.14).

Neste sentido, “a história política no Brasil mostra que no palco da cena pública o grande número de figuras no poder é predominantemente masculino, em que o espaço político ainda é um “reduto” de pouca participação feminina”. (Almeida, 2011, p.02) Ainda existe espanto e um entendimento de novidade no que se refere à ocupação de cargos públicos ou estatais em geral por mulheres. Isso porque está enraizada a ideia de que os espaços anônimos, domésticos e privados são os

lugares originais e reservados para as mulheres. Os espaços burocráticos e decisivos na sociedade parecem ser lugar exclusivo dos homens.

As atitudes femininas e suas posturas públicas estão ainda atreladas as suas funções e denotações do lar. Os limites das esferas públicas em relação ao espaço privado das mulheres se influenciam e se relacionam. Ao ingressar na esfera pública, a maioria das mulheres desenvolve atividades análogas às que realiza na esfera doméstica. (COSTA, 2014, p.76). Ou seja, os lugares secundários, no que diz respeito às atividades e de delegar poderes e decisões são muitas vezes direcionadas as mulheres nos espaços governamentais pelo fato de que esta é uma continuação de uma realidade doméstica. Segundo Körber (*apud* Zimmermann, 2007, p.32).

As mulheres são vistas apenas como elemento de sustentação para os políticos. A presença das mulheres nos partidos pode ser interpretada pelo eleitorado como um sinal de modernização e apoio as minorias marginalizadas. Essa situação é aproveitada em épocas eleitorais, onde o peso do voto feminino exige uma atenção especial dos políticos. Muitas mulheres citam que os partidos querem representantes femininas como forma de angariar votos.

Nessa perspectiva, não somente a participação na política é problemática para as mulheres, mas sua própria atuação e sua colocação. Elas precisam aparecer por conta própria e se desvincular de qualquer sombra masculina. As próprias organizações dos ditames eleitorais se aproveitam da figura feminina para arregimentar mais votos. Somados a isso ainda existem as relações de força e aproveitamento dentro dos partidos políticos, que se valem da presença feminina e articulam discursos de favorecimento para a imagem dos partidos. Para participar das decisões, positivando a cidadania as mulheres têm muitas vezes que assumir atribuições masculinas, seja nos traços, culturais e profissionais. Atuar com características masculinas é uma forma de entrar e se impor em espaços que não toleram participação feminina. Como bem disse Sohiet *apud* Farge (1998, p.80).

O jogo político, na história das mulheres, não tem caráter de evidência. Onde situar o político e como qualificá-lo? Utilizar a ideia de dominação, afirmando que é universal e que tem como efeito a necessária exclusão das mulheres da esfera política é ater-se a uma constante que em nada se parece a uma análise. Se há bloqueio, é talvez porque por em marcha o estudo da dominação, tanto pelo lado

da opressão como pelo da rebelião, não permite apreendê-la como uma relação dialética. (SOHIET *APUD* FARGE, 1998 p. 80).

No entanto, a presença feminina no cenário dos jogos políticos, entre outras coisas, atrai o eleitorado pelo fato de causar uma representação e uma ideia de modernização, de diferente, de incomum e, assim, as candidaturas femininas têm chegado ao público com o caráter de novidade sendo apresentadas como algo que se diferencia do curso das candidaturas masculinas, que são tidas como extremamente normais socialmente; os lugares de destaque e poder sendo ocupados por figuras masculinas é realidade socialmente naturalizada e aceitável.

Se na política, em geral, ainda é pequena a participação das mulheres nas disputas eleitorais. No caso do Estado da Paraíba, Almeida (2011) afirma que:

(...) a presença das mulheres nas disputas eleitorais chama atenção porque a cultura do “sexo frágil” ainda é muito forte. E o interessante é que mesmo a região Nordeste do país apresente tal cultura conservadora, é a região que mais elege prefeitas no Brasil. As campanhas eleitorais no Estado paraibano desde os anos 2000 começaram a sinalizar mudanças em seu formato de produção com o objetivo de atrair o público eleitor. (ALMEIDA, 2011, p.06).

Nessa perspectiva, nota-se que o Estado da Paraíba se destaca, quanto aos índices de mulheres no espaço político, em relação aos baixos índices de todo o Brasil. Esse dado parece espantoso, pois, a sociedade paraibana ainda sustenta e alimenta de forma preponderante a cultura do sexo frágil, na qual a capacidade da mulher é reduzida e seu papel na sociedade é minimizado.

Portanto, o exercício de atuar, de opinar nos rumos da nação e do Estado foi delegado, por muito tempo, somente aos homens. O que se tinha era uma ideia de uma cidadania masculinizada e fechada para as mulheres. Isso fez com que muitas vezes para atuar ou exercer algum cargo público as mulheres foram preciso adquirir posturas masculinas. “Assim, o número de mulheres em posições de poder é ainda muito restrito, assistindo-se no presente a debates sobre seu aumento em postos de decisão”. (NOGUEIRA, 2006, p.63)

Diante do exposto, pode-se afirmar que a exclusão das mulheres na história se relaciona entre outras coisas a um estado de dominação masculina e opressão social e somente as rebeliões projetadas podem fazê-las mudar de lugares impostos e atuar nas páginas e nos cenários históricos.

2. ESTRUTURAS DE PODER: ABORDAGEM HISTÓRICA E POLÍTICA DE BONITO DE SANTA FÉ PB.

A cidade de Bonito de Santa Fé-PB está inserida na mesorregião do Sertão Paraibano, no bioma caatinga e de clima semiárido, localizada na microrregião de cajazeiras - PB, nos domínios da bacia hidrográfica do rio Piranhas, região do Alto Piranhas. Dista cerca de 520 km da capital, João Pessoa; possui, aproximadamente, 11.684 habitantes e uma área territorial de 228.327 km². Limita-se, ao Norte com Monte Horebe - PB; a Leste com Serra Grande-PB e São José de Caiana-PB; ao Sul com Conceição-PB e a Oeste com Mauriti-CE.

2.1 NOTAS SOBRE A HISTÓRIA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DE BONITO DE SANTA FÉ

Foi em meados do século XVIII que se deram os primeiros passos para a formação do povoamento que futuramente viria a ser denominado de Bonito de Santa Fé. Nos primórdios, os primeiros habitantes dessa região foram os índios cariris que se organizavam em pequenas tribos nessas terras prósperas e de clima agradável, que mais tarde atrairiam muitas famílias para essa sub-região do Nordeste.

O município de Bonito de Santa Fé, como grande parte das cidades brasileiras, surgiu a partir de pequenos povoados habitados por agricultores simples, que na maioria das vezes, trabalhavam para os fazendeiros detentores dos grandes lotes de terra. Esses fazendeiros, tidos como coronéis, advinham de famílias tradicionais, patriarcais e abastadas que se mantinham no exercício de poder nessas cidades.

Sabe-se que, o primeiro colonizador das terras que hoje representam o Município de Bonito de Santa Fé, provinha da família Arruda Câmara, de origem pernambucana, que se estabeleceu no território da referida cidade em tempos remotos, no alvorecer do século XVIII, quando se deu a colonização do território de

São José de Piranhas, município ao qual pertenceu o território de Bonito de Santa Fé, até sua emancipação, em 1938. O senhor Arruda Câmara pertencia a uma família tradicional e historicamente respeitada, que se instituiu como importante para a cidade. Ele vendeu a fazenda de sua propriedade ao senhor Manoel José Martins de Moraes e, e assim, teve início o processo de ocupação, desenvolvimento e articulação do que mais tarde viria a ser a atual Bonito de Santa Fé.

A cidade em questão surgiu sob a contribuição de signos econômicos e religiosos. A prática das feiras livres de gado e produtos agrícolas cumpriu a função de atrair pessoas para aquelas terras e realizar a circulação de mercadorias. Assim cresceu o contingente de pessoas que ali montaram vivência em busca de expandir seus negócios. Foi à fundação da capela de Santo Antônio que, por volta de 1884, marcou o início do desenvolvimento dos núcleos habitacionais, fato este que promoveu a ocupação mais fixa do território bonitense.

A formação política e administrativa de Bonito de Santa Fé está marcada pela tradição e pelas ações dos grupos familiares tradicionais. Entre eles, a família Martins de Moraes é um dos mais ilustrativos. Essa família foi responsável por nuclear e povoar os primeiros lotes de terra que mais tarde aglutinariam e formariam a atual cidade de Bonito de Santa Fé. Como afirma Lauro Lima (1977),

Ainda pode ser compreendida a largueza de espírito dos formadores de Bonito de Santa Fé, sabendo-se que os mesmos abriam as portas para as pessoas operosas que pretendiam ingressar na atraente povoação a quem acolhiam sempre com carinho. Entre os ingressantes deve ser destacado José Marques Galvão, homem de visão, a quem Bonito ficou devendo muito, pois instalou ali moderno maquinismo pra algodão, fábrica de doce, tipo “Pesqueira”, padarias, saboaria, enquanto, noutros campos, dinamizava atividades também de natureza econômica, inclusive de movimentar importante casa comercial, tudo contribuiu para o aumento de civilização, do evolucionista ambiente, ajudando, sobretudo, no preparo da terra para, um futuro não remoto, tornar-se também sede administrativa [...] (LIMA, 1977, p. 164).

De acordo com Lima, com o passar dos tempos Bonito, que era distrito monopolizado por São José de Piranhas, começou a crescer e despertar para a sua independência política. O coronel Antonio Martins, como apoio do seu filho, Dr. José de Sousa Moraes, e do senhor Malaquias Barbosa iniciou as conversações junto ao interventor da Paraíba na capital do estado na luta para o processo de emancipação.

Vejamos a fotografia deste homem importante para a emancipação desta cidade.

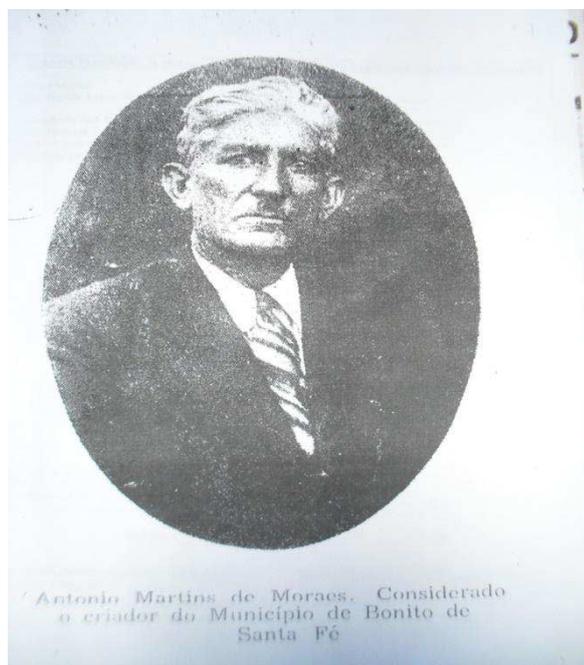


Figura 01 fotografia de Antonio Martins de Moraes. Fonte: Revista CENTELHA (2006)

Segundo análises do IBGE, desde sua formação distrital, em 1876, Bonito pertencia a cidade de Jatobá futura São José de Piranhas. Como distrito, cresceu e, em 15 de novembro de 1938, foi elevada à categoria de cidade, tendo então, a sua emancipação política decretada oficialmente. (Cf. Revista Centêlha, nov.2016).

A emancipação política do município, então denominado de Bonito, ocorreu pela lei estadual nº 1164, de 15-11-1938, desmembrado de Jatobá e constituído de dois distritos: Bonito e Monte Horebe. Pelo Decreto-lei estadual nº 520, de 31-12-1943, o município de Bonito, passou a denominar-se Bonito de Santa Fé. Posteriormente, a lei estadual nº 2608, de 05-12-1961, desmembrou o Monte Horebe do município de Bonito de Santa Fé, elevando-o à categoria de município.

Esse momento histórico da emancipação política de Bonito de Santa Fé se insere num contexto em que, o Brasil vivia a ditadura do Estado Novo, decretado em novembro de 1937, e a figura de Getúlio Vargas se destacava na política nacional. Ainda se insere em um período bastante sistemático do jogo político paraibano, no qual as oligarquias buscavam uma personificação do poder e centralização do Estado em torno de si. "O contexto político-social da Paraíba depois de 1930 foi emblemático na escalada rumo à estruturação do centralismo do aparelho do

Estado. Contudo, essa reorganização não foi construída ao acaso e tão pouco numa mera perspectiva moralizadora”. (SANTOS NETO, 2007, p.43).

O novo reaparelhamento do Estado obedeceu a uma lógica centralizadora, para além dos vieses moralizantes. “O estado paraibano, a partir de então, se constituiu como centralizador e requereu para si o controle de toda a máquina administrativa”. (NETO, 2007 p.45). Porém, o exercício do poder local por parte das grandes famílias ainda se fazia presente e com grande força, principalmente nas cidades do interior onde existiam sentimentos de pertença, fazendo-se perceber a ação dos chefes locais na administração pública.

Os versos do Hino Municipal fazem ecoar os sentimentos de pertença desenvolvidos dentro da cidade:

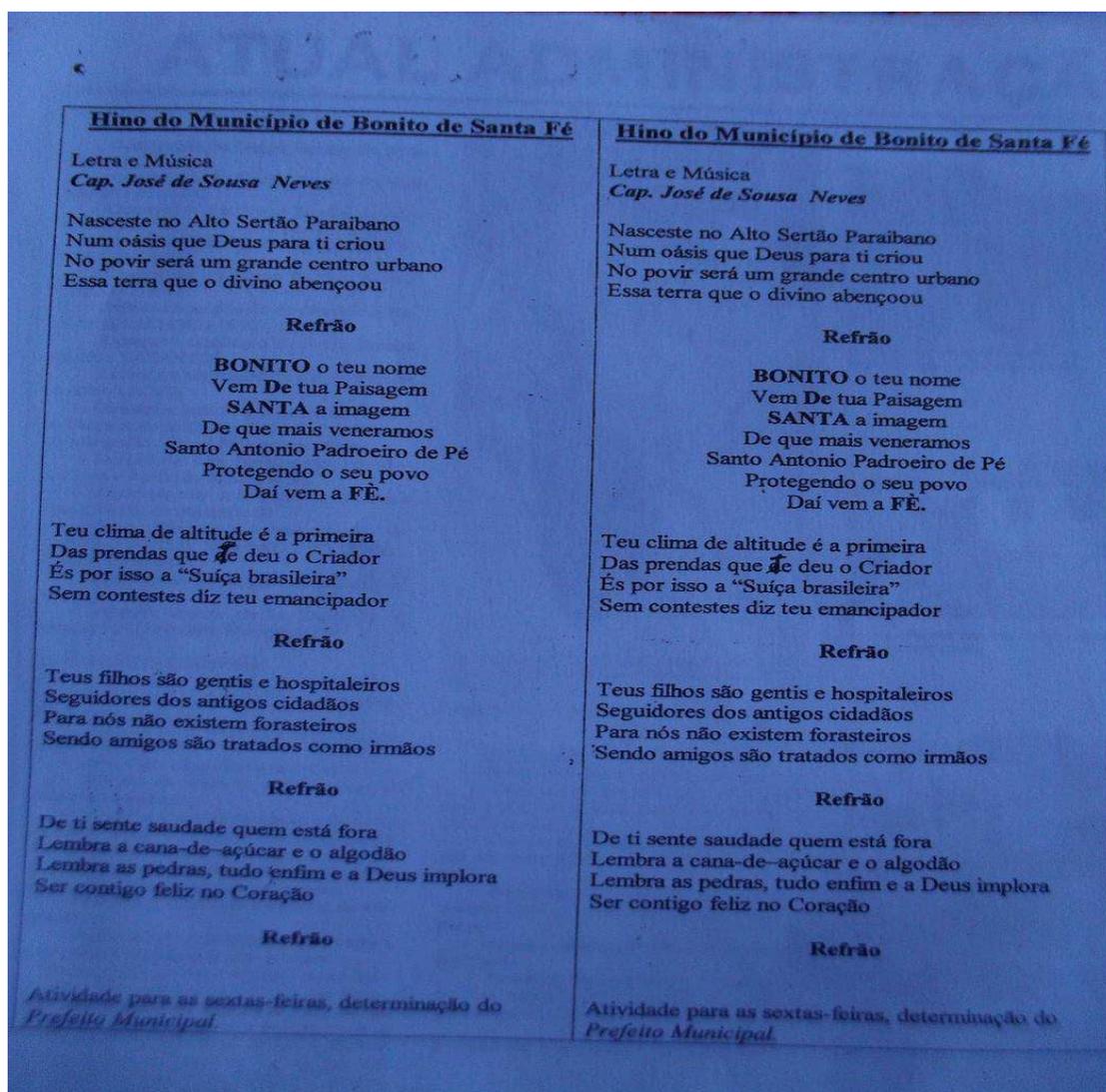


Figura 02-Hino de Bonito de Santa Fé. PB. Fonte. Revista centelha 2006

Mesmo tendo uma formação baseada em núcleos de terras isolados e que mais tarde se aglutinariam à comunidade imaginada, Bonito de Santa Fé, enquanto município nasceu, pois, graças à articulação da família Martins Moraes e de grupos familiares distintos em laços consanguíneos, mas que comungavam com os mesmos interesses.

Para Rémond (2003, p.449):

O político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha. Sua relação com a política revela-o da mesma forma que seus outros comportamentos coletivos. (RÉMOND, 2003, p.449).

Nessa perspectiva, quando se pensa a política e suas características no Município de Bonito de Santa Fé, pode-se ter um apanhado de suas identidades sociais e de seu povo.

De acordo com essa compreensão, pode-se afirmar que, politicamente, a cidade de Bonito de Santa Fé, desde os primórdios, esteve marcada por um forte sentimento de pertença e uma afeição aos filhos ilustres da terra. Os cargos políticos eram ocupados por médicos, filhos notáveis e queridos pelo povo, a exemplo do Doutor João Cavalcanti Arruda. Batista Leite foi o primeiro prefeito diplomado naquela nascente cidade de 1939. Teve sua nomeação diplomada e validada por um interventor paraibano, Argemiro de Figueiredo. O povo sempre se envaideceu e a memória local rende até hoje, homenagens a esses políticos e filhos da terra: “Ah, Bonito de lutas, glórias e filhos ilustres! A festiva e simpática terra do Dr. Manuel Batista Leite” (Revista Centêlha, nov.2016).

Vale considerar, nessa direção, que nos primeiros anos na cidade, o exercício político esteve marcado por um caráter faustoso e meritocrata, com um cenário masculinizado. Para as mulheres eram reservadas as cozinhas dos lares e para as mais abastadas além do lar, era reservado a Escola Normal, no Colégio Padre Rolim vizinha cidade de Cajazeiras.

Desse modo, a política de Bonito de Santa Fé, como as de outras cidades sertanejas, foi fortemente marcada por esquemas e redes de poder onde se formavam alianças políticas com interesses semelhantes, por meio das quais as

instituições de amizades e articulações de redes familiares tradicionais regiam a sociedade.

Em seu Livro: *Política e Parentela na Paraíba* (1993) Linda Lewin propõe um estudo sobre as oligarquias de base familiar, fazendo um apanhado sobre o sistema de parentesco e alianças que ajudava a manutenção no poder:

O poder de base familiar, em sua forma mais conhecida, o coronelismo, ainda sobrevive ao nível local na Paraíba e no Nordeste do Brasil. Esta não é uma revelação surpreendente [...]. Embora numa escala bastante reduzida também sobrevive um dos traços distintivos do coronelismo, as lutas familiares, relebrando aos estudiosos do comportamento político e social que ainda é possível estudar a política de família onde o meio que historicamente lhe deu condições de existência tenha permanecido em grande parte inalterado. (LEWIN; 1993. P.367).

De acordo com Lewin o sistema coronelístico foi realidade de muitos locais na Paraíba, as alianças políticas entre famílias com mesmos interesses mantinham o exercício do poder nas mãos de um único grupo que ditava as regras do jogo político e se fortalecia na medida em que se sobressaía frente ao grupo opositor e adquiria poder de barganha junto às esferas de poder estadual e federal.

Para Faoro (2013, p. 631),

A política era realizada de forma que os coronéis apoiavam o governador do Estado e em troca, recebiam ajuda financeira do Estado, de tal forma que [...] o coronelismo se manifesta num compromisso, numa troca de proveitos entre o chefe político e o governo estadual, com o atendimento por parte daquele, dos interesses e reivindicações do eleitorado rural (...). O resultado de tudo isso era que o poder político em cada Estado ficava sempre no poder de determinado grupo. (FAORO, 2013, p. 631).

Sem querer entrar no debate sobre as oligarquias e o “coronelismo”, podemos afirmar que, nas análises historiográficas “clássicas” as redes de alianças e de favores consubstanciavam a política e a formação do Estado em si, já que os desdobramentos e ações dos políticos estavam ligados e dependiam do sucesso da troca de favores entre estes e seus apaziguados.

Neste contexto, cujas relações de poder se exerciam de modo personalista um dos primeiros candidatos a senadores, que representou a cidade de Bonito de Santa Fé foi Assis Chateaubriand, o qual afirmou, repetidamente, em muitos

discursos eleitorais: “Faço a minha política através de meus grandes eleitores no Estado: Ruy Carneiro e Zé Américo. Jamais deixei de atender um só pedido deles”. Assim, se infere que a política foi, por muito tempo, exercitada, em Bonito, na base de prestígios e alianças. O Senador João Arruda, por exemplo, foi um sujeito que conquistou prestígio e relevância política e social na sociedade bonitense. Provindo de uma família de raízes tradicionalistas e políticas, “doutor” e empresário, condensava os princípios de bem-estar e luta para os cidadãos bonitenses.

Joaquim Amorin Zinet foi o primeiro indivíduo a ocupar o cargo de prefeito, por meio de eleições diretas no período republicano, do município de Bonito de Santa Fé, uma vez emancipado. Zinet desempenhou o cargo de 1946 a 1951. Anteriormente, o governo era feito por interventores ou juntas administrativas. “As interventorias e departamentos administrativos constituíram-se em instrumentos eficientes para a centralização, na medida em que articulavam as oligarquias estaduais, os ministérios e a presidência da República”. (GURJÃO, 1994, p.106). Os interventores eram nomeados para reproduzir o poder central garantindo assim uma maior intervenção nos Estados.

Neste contexto, após a emancipação política, foi nomeado como primeiro prefeito o médico da cidade Manoel Batista Leite. Essa colocação foi produto de disputas internas, criando um estado de tensão ao deixar de fora o grupo político Martins Morais, que era família de relativas posses financeiras e que tinha empreitado ações junto ao governo estadual para a emancipação de Bonito.



Figura 03- Dr. Manoel Batista Leite -1º prefeito nomeado de Bonito de Santa Fé.

Fonte: revista centelha 2006

É importante ressaltar que o Doutor Batista Leite é tido como uma das figuras políticas que mais conseguiram autonomia administrativa para a cidade e muito fez para que Bonito ficasse independente. Sua capacidade administrativa foi reconhecida, mas seu trabalho foi interrompido em virtude do seu falecimento.

No transcorrer da história independente de Bonito de Santa Fé, de 1936 a 1947, período das interventorias, foram nomeados os seguintes prefeitos: Manoel Batista Leite (1936 a 1939) Joaquim Amorim Zinet (1939 a 1940), José de Souza Moraes(1940 a 1945), José Ferreira Caju (1945 a 1946), Andreolino Timóteo de Souza(1946 a 1947) e Assis Pereira da Silva (1947).

Pela via democrática, Bonito de Santa Fé teve os seguintes prefeitos constitucionais: Joaquim Amorim Zinet (1947 a 1951); José Dias de França (1951 a 1955); Adauto Luiz de Oliveira (1955 a 1959); José Ferreira Caju (1959 a 1963); Áurea Dias de Almeida (1963 a 1969); José Arruda Amorim (1969 a 1973); Sabino Dias de Almeida (1973 a 1977); Tiburtino de Almeida (1977 a 1983); Antônio Pedro das Neves (1983 a 1989); Sabino Dias de Almeida (1989 a 1992); Antônio Pedro das Neves (1992 a 1996); Sabino Dias de Almeida (1996 a 2000); Sabino Dias de Almeida (2000 a 2004). Vale salientar que a maioria destes prefeitos eleitos pelas vias democráticas tinham relações estreitas de parentesco, ou então, conquistavam os pleitos, por apoios, via troca de favores, entre membros de famílias, que se mantinham no exercício do poder na cidade.

Assim, a história política de Bonito de Santa Fé se inscreve em um enredo da política dita tradicional, se moldando a partir dos traços clientelistas e republicanos da Paraíba no período contemporâneo. Esses condicionantes somados a uma sociedade patriarcal tornavam difícil a entrada e participação feminina na política bonitense, dificultando a inserção da mulher no exercício do poder por meio de sua militância ou de seu protagonismo pessoal.

Sabe-se que o conhecimento histórico foi, durante muito tempo, marcado por narrativas positivistas que se preocupavam simplesmente em apresentar figuras políticas, tidas como heróis, como por exemplo, prefeitos, governadores e presidentes ou ainda eram narrados eventos de cunho lendário. Era um tipo de história que se preocupava com a exaltação de personalidades consideradas importantes, de modo que a mulher não aparecia nos relatos históricos políticos e

quando parecia era apenas como a esposa ou a mãe do político tal.

De acordo com a revista Centelha (2006), a Câmara Municipal de Bonito de Santa Fé, chamada Casa Antonio Dias de Lima, foi criada pelo decreto nº39, dia 10 de abril de 1940, antes, era termo judiciário da comarca de Cajazeiras, da qual foi desmembrada neste ano e instalada com a posse do juiz de direito Luiz Silvio Ramalho, filho de Bonito, mais tarde, nomeado Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

O legislativo municipal era constituído de sete vereadores (hoje são nove vereadores). Contudo, mesmo com a criação da Câmara Municipal de Bonito de Santa Fé, só a partir dos anos de 1960, é que houve uma participação da mulher na política, no poder executivo e uma década, depois no legislativo.

Os registros municipais mostram que desde 1939, ano do primeiro prefeito até o ano de 2016, os cargos de prefeito da cidade foram ocupados, essencialmente, por homens, havendo duas exceções, a primeira de uma situação adversa, o caso da professora Áurea Dias de Almeida que por causa do falecimento do seu marido Antonio Dias de Lima se elegeu prefeita de Bonito de Santa Fé. Do ano de 1963 a 1969, por sete anos, o município foi administrada por Áurea Dias de Almeida, a primeira mulher prefeita no município, a qual estava inserida em um núcleo de prestígio, em termos de capital político.

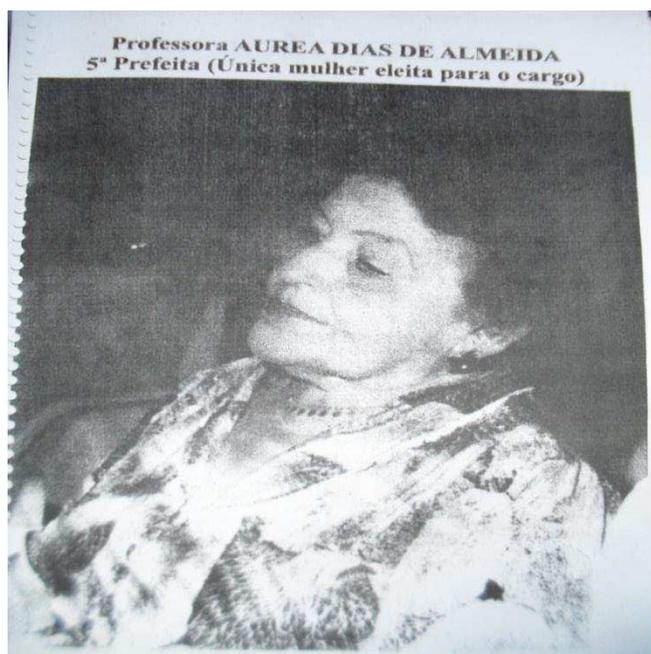


Figura 04- Prefeita Áurea Dias de Almeida. Fonte revista Centelha 2006

A chegada da professora Áurea Dias de Almeida à prefeitura foi produto de uma situação inesperada, não sendo por vontade própria, nem também, por protagonismo político. Seu marido, Antônio Dias de Lima, conhecido como Seu Dias, apesar de eleito, não assumiu o cargo, pois foi assassinado em agosto de 1963, em praça pública. Posteriormente, já nos idos de 1999, seu filho Sabino Dias de Almeida tornou-se prefeito da cidade. Dona Aurea Dias, após esses sete anos no exercício do poder não voltou mais a cena política em Bonito de Santa Fé, continuou atuando como professora, chegando a falecer em 1998.

A outra exceção foi o caso de Alderi de Oliveira Caju em 2009, que se candidatou a prefeita de Bonito de Santa Fé, não por protagonismo político, mas por influências de familiares que já advinham desse meio, como também para realizar um antigo sonho do seu Marido Orpheu de Oliveira Caju, que, na opinião pública, muito fez por Bonito de Santa Fé, travou várias lutas, encarando diversas eleições para se tornar prefeito da cidade e acabou falecendo sem conseguir tal façanha.

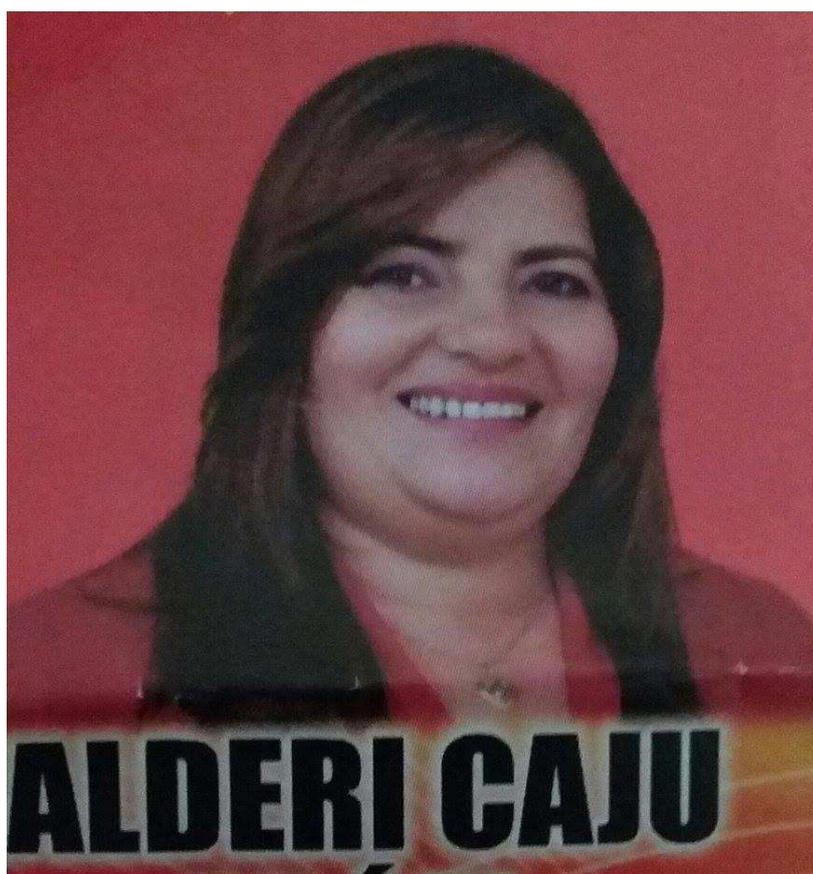


Figura 05-Prefeita Alderi de Oliveira Caju. Fonte: arquivo pessoal de Socorro Venceslau 2014.

Alder de Oliveira Caju, pautando sua candidatura na memória do marido, conseguiu se eleger e se tornar a 2ª mulher a entrar no poder executivo da cidade nos mandatos de 2009 a 2012 e de 2012 a 2016.

Como se pode ver, a participação da mulher na política desse município aparece como obra das circunstâncias e do acaso, não consegue se notar um protagonismo dinâmico por parte delas. Sua entrada na política foi uma consequência direta do casamento e de sua ligação com o esposo ou familiares que já adivinham desse meio. Assim, elas não tiveram um ativismo político anterior que as fizessem serem prefeitas.

O caso da professora Áurea Dias de Almeida e de Alder de Oliveira Caju se coloca no que Blay (1977, p. 35) chama de prefeita esposa.

A prefeita esposa seria aquela que assume o lugar dos maridos na política formal, em função de algum impedimento legal, ou como forma de continuar controlando o poder. Outras vezes, o prestígio adquirido no exercício de seu papel de "esposa de político", através de atividades assistencialistas, garante a constituição de uma base eleitoral que é sabiamente aproveitada. Nesses casos (...) exercer o cargo é em verdade uma delegação do marido. Quando é necessário tomar uma decisão importante para o município se consulta ao marido. (BLAY 1977, p. 35).

Portanto, podemos perceber que, embora se notasse uma participação maior em termo de quantidade de mulheres no cenário político partidário nos pequenos municípios paraibanos, Bonito de Santa Fé registra um número muito pequeno nessa participação política no legislativo e principalmente no poder executivo, contudo é importante pesquisarmos e analisarmos a participação dessas poucas mulheres na política para entendermos como se dava sua atuação, e, compreendermos, porque esse número de mulheres veio a diminuir se tornando praticamente inexistente na cidade de Bonito de Santa Fé é o que discutiremos no capítulo a seguir.

3.A MULHER NA POLÍTICA DE BONITO DE SANTA FÉ

Neste capítulo fazemos uma análise sobre a participação da mulher na política bonitense, enfatizando a trajetória política, as lutas dessas mulheres no meio político, bem como sua atuação na câmara dos vereadores e no poder executivo de Bonito de Santa Fé-PB.

3.1 Mulheres: poder e participação política

A inserção da Mulher na vida pública é produto de uma série de embates e lutas, já discutidas aqui, representadas pelo feminismo e pelas mudanças sociais nas sociedades. O direito ao voto, neste caso, foi um dos condicionantes que aproximou a mulher deste espaço e tornou sua presença mais aceitável. Mas, só a conquista do voto não foi suficiente, para que elas galgassem maiores espaços. Medidas como as políticas de Cotas, vêm auxiliando as suas conquistas e chegada ao poder.

Promulgadas as Leis nº 9100/95 e 9504/97 inaugurando a política de cotas, com o objetivo de reverter o caráter excludente do sistema político brasileiro, nos aspectos de gênero. A Lei 9504 de 30 de setembro de 1997 no parágrafo terceiro do Artigo 10º, visando criar mecanismos de estímulo à participação feminina, estabelece: Do número de vagas resultantes das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento, e o máximo, de setenta por cento para candidaturas de cada sexo. [...] Desde então tem crescido o número de mulheres candidatas e eleitas. Contudo, o crescimento tem ficado abaixo do esperado e do que aconteceu em outros países que adotaram algum tipo de política de cotas. O resultado tímido da Lei se deve à forma como a legislação foi adotada no Brasil. A Lei reserva 30% das vagas para cada sexo, mas não obriga que cada partido preencha as vagas destinadas para o sexo que tem representação minoritária. Em consequência, nenhum partido cumpriu a cota de 30% na média nacional nos últimos pleitos. (ALVES,2004 S/P).

A política de cotas, além de assinalar a importância da participação feminina nos rumos políticos, garante espaços e promove a chegada das mulheres nos meios públicos e políticos. No entanto, “a presença das mulheres em cargos legislativos e executivos nas três esferas de poder da federação é ainda muito baixa, a despeito da existência de uma lei de cotas aprovada há uma década”. (FREIRE, 2007, p.13).

Contudo, mesmo diante de conquistas simbólicas, ainda se tem muito a superar dentro desse espaço. “Em 2012, completaram 80 anos que as mulheres brasileiras conquistaram formalmente o direito ao voto. No entanto, ainda não alcançaram uma significativa representação nos cargos políticos” (RABAY, CARVALHO, SILVA, 2013, p.01). Desta forma, ainda é tímida atuação feminina em cargos representativos e valorosos da política, e se registra uma maior ocorrência em espaços locais que em espaços estaduais e federais.

Por diversos motivos, o poder local tem sido pensado como um espaço privilegiado da participação feminina no campo político. A proximidade do lócus de atuação política (a prefeitura) do lar, permitindo a conciliação entre as obrigações políticas e as obrigações familiares, a percepção de que a edilidade demanda ações próximas às necessidades reprodutivas relacionadas à saúde, educação, limpeza urbana, e o questionamento corrente a respeito de uma dependência feminina em relação à família e aos esquemas político-familiares, são elementos que podem contribuir para uma percepção sobre a cidade como um espaço que demanda cuidados femininos, especialmente quando se trata das pequenas cidades do interior. (RABAY, CARVALHO, SILVA, 2013, p.02).

A esfera do local, principalmente no Estado da Paraíba, tende a ser o espaço que mais arregimenta mulheres nas disputas eleitorais. De acordo com Avelar (2001, p.69).

O incremento das candidaturas femininas para os cargos municipais fica evidente. Na política local é mais fácil conciliar, um verbo crucial na vida de quase todas as mulheres. E, no caso, trata-se de conciliar vida profissional, vida familiar e vida política, três universos altamente envolventes e de múltiplas demandas. Esse aspecto tem sido menosprezado nas análises sobre a menor presença das mulheres na política, com raras exceções.(AVELAR 2001, p.69).

Pelo fato de serem os espaços de maior identificação e de alcance do conhecimento das candidatas em relação ao público eleitoral, o espaço micro do local permite vivências mais estreitas, onde o rápido conhecimento e alcance das famílias tornam a entrada feminina mais possível.

“É inútil pensar-se que as mulheres eleitas para o governo municipal constituam um caso específico, particular. Ao contrário desta afirmação, cabe investigar como e porque o processo político brasileiro absorve a mulher na política local” (BLAY, 2015, p.10). A chegada da mulher nos espaços políticos é

problemática, e, portanto, as situações e as circunstâncias que as levam precisam ser debatidas.

Quando se trata de mulheres na política, pode-se dizer – mesmo a respeito das “herdeiras”, aquelas mulheres que entraram na política através do capital político herdado da família – que apenas as que conseguiram sair do âmbito privado tradicional e se notabilizaram no espaço público, exercendo uma ocupação, ou papel importante, tiveram a oportunidade de acumular capital político próprio e participar da esfera pública. Isso nos leva a vislumbrar a possibilidade de mudança na composição do campo político e nos habitus femininos tradicionais, em direção a um processo de autonomização. (RABAY, CARVALHO, SILVA, 2013, p.09).

Portanto, a entrada das mulheres no cenário em questão, está vinculada a uma herança, que se refere a capitais e laços familiares e afetivos. Geralmente, elas ocupam cargos precedidos por seus pais ou esposos. São essas configurações tradicionais e simbólicas que pautam suas atuações.

3.2. Reflexões sobre a participação feminina na política Bonitense

Se, como vimos, motivações familiares e especialmente conjugais estão entre as principais causas ou motivos que levam as mulheres paraibanas a entrar em disputas eleitorais, em Bonito de Santa Fé não tem sido diferente. Tanto nos anos anteriores e remotos como na atualidade, detectamos registros de mulheres que decidiram disputar cargos políticos ou assumir cargos em virtude de demandas familiares. Além de Áurea Dias, que assumiu a prefeitura da cidade em 1963 em função da morte do seu esposo, Antônio Dias de Lima, e Alderi Caju que se elegeu prefeita em 2009, verificamos que Adaci Lourenço de Oliveira Dias foi eleita vereadora no município, em 1992.

Vejamos uma foto que faz parte do arquivo pessoal da referida vereadora no ano de 1993.



Figura 06- Vereadora Adaci Lourenço de Oliveira Dias, 1993. Fonte: arquivo pessoal de Adaci Lourenço de Oliveira Dias.

Adaci Lourenço de Oliveira Dias, sem nunca ter tido vida pública ou qualquer atuação de liderança junto à sociedade bonitense, ganha à referida eleição. Segundo ela própria, sua vitória foi considerada possível, pelo fato de sua família ter tradição política, naquele momento, sua candidatura foi conveniente e oportuna para atender a demandas de um jogo político familiar e local.

A tradição de dispor de todos os cargos políticos ocupando-os pessoalmente, indicando membros da família ou correligionários para preenchê-los, constitui a forma tradicional de dominação do poder local. Por isso o 'chefe' político local procura criar, no interior de sua família nuclear ou extensa, uma predisposição para o desenvolvimento de carreiras políticas" (BLAY, 2015, p. 39).

O desejo de algumas famílias de ocupar cargos políticos e ocupar espaços que lhes confirmam de exercícios de poder levam muitas famílias a dispor de figuras dentro do próprio núcleo familiar, em épocas de eleições, para preencher lacunas ou para garantir a manutenção dos poderes.

Outra mulher que adentrou a cena pública por meios eletivos foi Zélia Maria das Neves, eleita vereadora em Bonito de Santa Fé, em 1992 e a sua trajetória

política também é um exemplo de como as relações familiares se colocam como condicionantes para as atuações femininas na Política.



Figura 07- Cerimônia de posse da vereadora Zélia Maria das Neves, 1993. Fonte: arquivo pessoal de Zélia Maria das Neves.

Zélia Maria das Neves, no ano de 1988, decidiu concorrer ao cargo de vereadora nas eleições municipais, mas, nos últimos dias do pleito, teve de ser afastada e sua candidatura anulada por ser como cunhada do prefeito. Esses laços de proximidade parental, naquele momento, a colocava como não apta ao cargo. Mas, na eleição subsequente, conseguiu o pleito com o apoio do cunhado, como mostra a foto acima, a cerimônia de posse.

Como mostra a tabela a seguir, ao longo dos anos algumas mulheres se ariscaram em se candidatar para o cargo de vereadoras da cidade, a maioria eram mulheres comuns, que tinham o desejo de entrar na política, mas no final dos pleitos eleitorais, as únicas que conseguiam se eleger, eram as que tinham certo poder econômico, uma formação ou, principalmente, algum grau de parentesco com família de militância política.

Tabela 1- MULHERES CANDIDATAS A VEREADORAS NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ- 1972-2016

ANO	CANDIDATURA
1972	ILDA DE SÁ RAMALHO
1976	MADALENA TIMÓTEO DE SOUSA
1983	ALZIRA LEITE DE ARRUDA NOÊMIA DIAS DE ARAUJO
1992	MADALENA TIMÓTEO DE SOUSA ADACI LOURENÇO DE OLIVEIRA MARIA ZÉLIA DE A. NEVES
1996	IVA RODRIGUES DUNGA MARIA DAS NEVES PEREIRA DE SOUSA MARIA NUNES ALEXANDRE
2000	NÃO HOUE MULHERES CANDIDATAS NESSE ANO
2004	FABIANA NEVES ARARUNA MARIA DO SOCORRO PIRES ERIVANHA MARIA DO NASCIMENTO ILZANEIDE DIAS DE LIRA
2008	FABIANA NEVES ARARUNA MARIA DO SOCORRO PIRES DE SANTANA
2012	JEANE AIDA DE ANDRADE RAMALHO JOANICE PEREIRA FURTADO MARIA APARECIDA DA SILVA DE SOUSA RITA DE CASSIA DA SILVA HENRIQUE NUBIA CRISTINA DE SOUSA PEREIRA RAILDA FERNANDES DE SILVA UMBELINA AMANCIO NETA ANA LUIZA CANUDO DA SILVA CICERA CLAUDINA FURTADO FERREIRA EVA MARQUES DE SOUSA

	MARIA DIAS ARARUNA VERIDIANA BENTO DE SOUSA ZULMIRA DIAS BARBOSA
2016	ELIANA FURTADO PINHEIRO UMBLINA AMANCIO NETA MARIA DO SOCORRO BATISTA MARIA NEUMY FURTADO MARIA SANDRA RAMALHO JOANICE PEREIRA FURTADO MARIA NAZARE PIRES SANTANA INES MARIA FURTADO MANDELLI HELINEIDE FURTADO ARARUNA ARES TIMÓTEO DE SOUSA LUCENA MARIA DE FATIMA DE SOUSA.

Fonte: Cartório eleitoral da 39ª zona de Bonito de Santa Fé- PB.

De acordo com as informações apresentadas na tabela, podemos perceber que houve um pequeno aumento de candidaturas de mulheres no processo eleitoral de Bonito de Santa Fé ao longo dos anos. Principalmente, das mulheres candidatas a vereadoras, tendo um maior número nos anos de 2012 e 2016. Vale salientar que, embora nestes últimos pleitos tenham sido registradas mais candidaturas femininas, nenhuma mulher conseguiu se eleger nesse período e chegar efetivamente ao exercício do poder.

A tabela a seguir, mostra as poucas mulheres que se elegeram em Bonito de Santa Fé entre os anos de 1963 a 2008.

Tabela -2 MULHERES ELEITAS A VEREADORAS E PREFEITAS NO MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ- 1963-2016

ANO	MULHERES ELEITAS
1963	ÁUREADIAS DE ALMEIDA (PREFEITA)

1972	ILDA DE SÁ RAMALHO (VEREADORA)
1976	MADALENA TIMÓTEO DE SOUSA (VEREADORA)
1983	ALZIRA LEITE DE ARRUDA(VEREADORA) NOÊMIA DIAS DE ARAUJO(VEREADORA)
1993	ADACI LOURENÇO DE OLIVEIRA DIAS(VEREADORA) MARIA ZÉLIA DE A. NEVES (VEREADORA)
1996	MARIA DAS NEVES PEREIRA DE SOUSA (VEREADORA)
2004	FABIANA NEVES ARARUNA(VEREADORA)
2004	MARIA DE FÁTIMA TAVARES DE LUCENA(VICE PREFEITA)
2008	ALDERI DE OLIVEIRA CAJU (PREFEITA)
2012	ALDERI DE OLIVEIRA CAJU

É importante frisar que nenhuma dessas mulheres tinha carreira de militância política, ou seja, teve um protagonismo próprio de luta para com o povo, como o caso das candidatas a prefeitas Áurea Dias de Almeida e Alderi de Oliveira Caju que, como já foi discutido, advinham de família com capital financeiro e influência política. É importante destacar que Maria de Fatima Tavares de Lucena aparece no cenário político de Bonito de Santa Fé como vice-prefeita em 2004, mas não teve uma participação direta na administração do município, uma vez que pouco se manifestava a não ser em ocasiões que demandassem a presença da vice-prefeita.

Não é diferente o caso das vereadoras, que, de acordo com a pesquisa, a maioria dessas mulheres que atuaram no legislativo tinha ensino superior, algumas eram professoras ou trabalhavam em repartições da educação, mas o fator determinante para sua chegada na política eram as relações de parentesco com famílias políticas e tradicionais que tinham prestígio na cidade, como é o caso de Adaci Lourenço de Oliveira, vereadora eleita em 1992, que era cunhada de um dos maiores militantes da política bonitense, o senhor Sabino Dias de Almeida, e dona Maria Zélia de Araruna Neves, que pertencia a família Neves, cunhada do doutor Antonio Pedro das Neves, considerado grande líder político e que muito fez por

Bonito de Santa Fé. Quase toda a família de dona Zélia atuou na política bonitense, entre eles seus filhos Fabiana Neves Araruna (2004-2008) e Domingos Savio Neves (1989 a 1992).

Segundo os registros encontrados nos arquivos da Câmara municipal de Bonito de Santa Fé, a inserção dessas mulheres na política se deu quase que invisivelmente, primeiramente, pelo baixo número de participantes (em 78 anos de emancipação política, contamos apenas com o número de 2 prefeitas, 1 vice prefeita, e 8 vereadoras) e segundo pela própria atuação, como veremos abaixo.

O que nos chama mais atenção é que, de acordo com a tabela 1, o maior número de mulheres a se candidatarem se deu entre 2012 e 2016 e nenhuma conseguiu se eleger, isso porque, segundo pesquisas e relatos, as referidas candidatas não vinham de famílias políticas, e, em sua maioria, se candidatavam apenas para preencher chapas. Emprestavam seus nomes e dados para os respectivos partidos, ou seja, participavam da disputa eleitoral apenas para cumprir a lei que determina a participação de 30% das vagas para as mulheres, sendo consideradas como meras “figurantes”.

Outro elemento que deve ser ponderado é a ideia de que a participação das mulheres na política é de fundamental importância para o avanço das políticas sociais, principalmente as voltadas para o empoderamento feminino, pois, não é isso que percebemos ao analisar a participação da mulher na política bonitense. Segundo pesquisas, em atas da câmara Antonio Dias de Lima e relatos de algumas mulheres que entrevistamos, a atuação das mulheres nesse meio foi tímida. Segundo os registros documentais não houve uma participação atuante das mulheres que assumiram cargos eletivos, seja no poder executivo ou legislativo. No caso deste último, não teve registro de muitos projetos, o que se observou é que as mulheres poucos usavam a tribuna, foi encontrado nos arquivos apenas um projeto de construção de uma praça, uma nomeação de rua e um pedido de título de cidadão bonitense, expedidos pela senhora Adaci Lourenço de Oliveira vereadora nos anos de 1993-1996.

Segundo relatos de algumas mulheres que atuaram como vereadoras, isso ocorreu porque, na época, as mulheres não tinham voz ativa, tinham sempre que concordar com tudo que era proposto pelos homens na Câmara de Vereadores, pois eram minoria, e quando iam propor alguma coisa, sempre eram reprovadas pelos

vereadores, se sentiam excluídas, ou seja, suas vozes não se faziam ouvir e tinham sempre que apoiar ao grupo às quais pertenciam.

No caso de Bonito de Santa Fé, como vimos, a política de cotas e a inserção da mulher no exercício do poder não tem se configurado como um avanço, pois, além de não haver uma eletividade preponderante frente ao número de candidaturas, quando ocorre da mulher se eleger em um pleito, a sua atuação é limitada

Portanto, em um cenário conservador como Bonito de Santa Fé, a mulher tem seu ativismo tolhido, passando a ter suas posturas facilmente moldadas e conduzidas pelo um grupo maior, masculinizado. Talvez, esse seja um dos condicionantes que faz com que as mulheres não consigam se eleger na política bonitense atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da mulher na política é fruto de muitas lutas e movimento de resistências às dominações masculinas. O espaço político, que por muito tempo foi exclusivamente ocupado por homens, hoje conta com a participação da mulher, porém, esse número ainda é muito pequeno, considerando que, além de ser maioria da população, elas também representam 51,7% dos eleitores brasileiros, mesmo assim, menos de 10% das mulheres participam da política no Brasil. Iniciativas como a política de cotas foram criadas para estimular uma maior participação feminina na política, e mesmo depois de uma década da lei que garante 30% das vagas de candidaturas para as mulheres, continua tímida a participação das mesmas em cargos políticos.

Embora o número de mulheres a participar da política não seja satisfatório a maioria das que conseguem chegar ao exercício efetivo do poder e exercer cargos políticos nas pequenas cidades, como é o caso de Bonito de Santa Fé, o fazem devido ao estreitamento das relações entre candidata/eleitor, sempre permeado pela intermediação da família e/ou de um político local influente.

Assim buscamos analisar a participação da mulher na política bonitense, bem como sua atuação e os meios em que essas mulheres entraram para a vida política. Em resposta, o estudo nos mostra que a atuação da mulher na esfera da política da cidade de Bonito de Santa Fé - PB, ainda é pequena, as sublimações dessa realidade estão circunscritas em um contexto maior, no caso o da política paraibana.

A entrada da mulher na política e sua respectiva atuação em Bonito de Santa Fé se apresentam atreladas, principalmente, ao âmbito doméstico e familiar, sempre se consolidando por indicação ou conveniência de membros masculinos de sua família, como esposos, pai, cunhado etc.

O espaço ocupado pelas mulheres na política bonitense está, pois, ligado as suas funções familiares dominantes, no sentido de sujeição, elas se encontram em posições hierárquicas e dependentes de uma rede de relações estabelecidas pelos membros familiares, do sexo masculino.

Constatamos que a atuação das mulheres no legislativo se deu de forma tímida. Não se percebe uma participação atuante das vereadoras bonitenses e

embora essas mulheres conseguissem se eleger, ampliando suas relações sociais, sua atuação no meio do político era praticamente invisível.

Diante do exposto, pode-se afirmar que a invisibilidade da mulher na política de Bonito de Santa Fé é uma questão histórica, que encontra suas raízes na própria configuração política local.

. A Paraíba possui características de uma política pautada em um poder personalista e patriarcal, por meio do qual a mulher tende a ter sua participação minimizada ou masculinizada. Assim, os papéis desempenhados pela mulher na Política de Bonito de Santa Fé estão marcados por estruturas baseadas em lógicas de dominação masculina, suas vozes não têm força para se fazer ouvir, o que torna possivelmente a política um espaço cada vez mais difícil para a participação feminina.

Portanto, a própria organização social, marcada por dominação masculina dita as regras e a lógica de atuação das mulheres bonitense nos rumos políticos do seu município. Por isso, se verifica uma participação feminina limitada e localizada, sem grandes projetos políticos e sem grandes notoriedades.

A presença da mulher no espaço político é algo muito importante para o fortalecimento da democracia, mais é preciso que elas apareçam por si só. Elas precisam aparecer por conta própria e se desvincular de qualquer sombra masculina, por que é isso que se espera da presença da mulher no poder, um modelo diferenciado de se fazer política, mais ético e honesto em que ela se destaque pelo seu próprio protagonismo, habilidade e competência.

Por fim, esperamos que este estudo, cujos resultados nos abrem um leque de possibilidades analíticas futuras, no sentido de aprofundar o que foi apreendido, possa contribuir com o debate acerca da configuração da presença da mulher nos jogos de poder que se exercitam em Bonito de Santa Fé e com outras investigações que se proponham a trabalhar com esta temática, naquele município.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cosma Ribeiro de. A Participação do Feminino na Política Paraibana: Mudanças Culturais no interior do Nordeste Brasileiro. In: **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador: 2011

ALVES, José Eustáquio Diniz. **A Mulher na Política e a Política de Cotas**, TSE, 2004. Disponível em: www.tse.gov.br.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Centro de Estudos Konrad AdenauerStifting,2001.

ÁVILA, Rebeca Contrera. Minha História das Mulheres. São Paulo: Editora Contexto, 2008, 190 p. In. Michelle Perrot. **História Social**, n. 16, p. 249-253, 2009.

BLAY, Eva. **As prefeitas**. Rio de Janeiro: Avenir, 1981.

BUONICORE, Augusto César. As mulheres e os direitos políticos no Brasil. In. NAZARIO, Diva Nolf. **Voto feminino & feminismo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. 2014.

CÂMARA MUNICIPAL Antonio Dias de Lima, Bonito de Santa Fé. Ata de reunião referente às sessões dos anos 1993/1996.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder-formação do patronato político brasileiro**. Globo Livros, 2013.

FREIRE, Nilcéia. II CNPM - Conferência Nacional de Políticos para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. 2007.

GOMES, Ângela de Castro Gomes. Cultura Política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel; e GONTIJO, Rebeca. **Cultura Política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, FAPERJ, 2007.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)**. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 1994.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento** (ESEF/UFRGS), v. 13, n. 2, p. 173-196, 2007.

KÖRBER, Soraia. **A participação da mulher na política e as representações sociais das eleitoras dos bairros jardim paraíso e glória no município de Joinville/SC**. ITAJAI/2007.

HAHNER, Juner. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850/1973**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba**: um estudo de caso de oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro, Record, 1993.

LIMA, Lauro G. **O cavalo de piripiri**, Roteiro do Nordeste Recife – Pernambuco, 1977.

NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira et al. Os discursos das mulheres em posições de poder. In. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 9, n. 2, p. 57-72, 2006.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 9-28, 2008.

ROLIM, Agnaldo. Dr Batista Leite: 100 anos de Nascimento. In **Revista Centelha**. Bonito de Santa Fé, p.5-18, novembro 2006.

RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV/UFRJ, 1996.

RABAY, Gloria; SILVA; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **As Prefeitas paraibanas de 2013 a 2016**. I Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero**. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2007, vol.27, n.54, pp. 281-300. ISSN 1806-9347. 2007.

_____. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

_____. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 77-87, 1998.

_____. SOARES, Rosana MA; COSTA, Suely Gomes. A história das mulheres. In. **Cultura e poder das mulheres**: ensaio de historiografia. *Revista Gênero*, v. 2, n. 1, 2000.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. Estado interventor na Paraíba (1930-1932): política, centralização e dimensão mítico-estatal. **Saeculum**—Revista de História, v. 17, 2007.